

## Seminário Sub-Regional para Países Africanos de Língua Portuguesa Comércio, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Luanda, Angola  
8 – 10 de novembro de 2004

### Acesso a Mercados

René Vossenaar  
UNCTAD



## ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

- Introdução
- Categorias de requisitos ambientais
- Tendências
- Setores
- Regras da OMC
- Sugestões

## INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

- Os requisitos ambientais e de saúde são cada vez mais relevantes para os setores de bens de exportação
- Não cumprir com tais requisitos pode implicar perdas de mercados
- E necessário melhorar as capacidades dos exportadores
- Também é preciso que os interesses dos países exportadores sejam tomados em conta em nível internacional

## REQUISITOS AMBIENTAIS

- Preocupação com que certos requisitos possam afetar negativamente o acesso a mercados e em consequência ter um efeito prejudicial sobre o desenvolvimento e a eradicacção da pobreza
- Requisitos ambientais podem beneficiar os países a longo prazo, sempre e quando no comércio de bens existam normas rígidas que permitam aumentar a eficiência dos recursos e da segurança no trabalho, melhorar as condições sanitárias e reduzir a contaminação ambiental

## CATEGORIAS DE REQUISITOS AMBIENTAIS (E DE SAÚDE)

## REQUISITOS AMBIENTAIS

- Regulamentos técnicos (obrigatórios)
- Certas medidas sanitárias e fitosanitárias
- Normas (de carácter voluntário)
- Etiquetas
- Eco-etiquetado
- Requisitos de empacotamento
- Impostos e taxas ambientais
- Requisitos informais (compradores) impostos pelas companhias importadoras ou por suas sucursais, incluindo os processos e métodos de produção (PMP)

## REGULAMENTOS

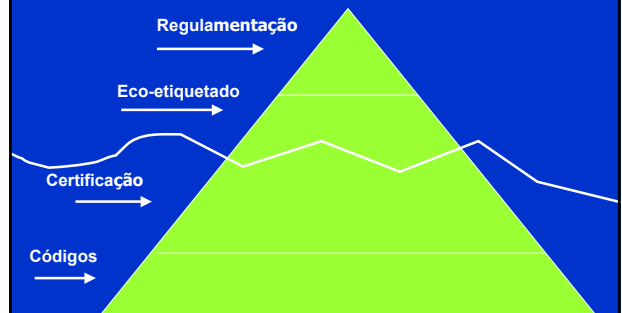
- As **normas de produtos e as regulamentações** (legalmente vinculantes) referem-se à composição dos produtos (por ex. conteúdo de metais pesados), qualidade e desempenho (por ex. eficiência energética, nível de emissões)
- Os **impostos e taxas ambientais** sobre os produtos podem se basear em algumas das suas características (p.ex. o conteúdo de enxofre do óleo mineral) ou no mesmo produto (p.ex. o óleo mineral)
- Os requisitos para o **empacotamento** proibem alguns materiais e incentivam o uso de materiais recicláveis



## ETIQUETADO

- As etiquetas fornecem informação sobre aspectos de saúde e meio ambiente relativos aos ingredientes, ao uso e ao armazenamento dos produtos etiquetados
- As etiquetas podem indicar tanto aspectos positivos (biodegradáveis) quanto advertências (tóxico para a saúde)
- As etiquetas podem ser voluntárias ou obrigatórias
- Em alguns casos, as etiquetas evitam proibições comerciais (golfinhos)

## REQUISITOS AMBIENTAIS NOS MERCADOS INTERNACIONAIS



Fuente: Ritu Kumar

## TENDÊNCIAS

### Mais frequentes

- Evidência cada vez maior de efeitos ambientais danosos de certas substâncias
- Mudanças nas preferências do consumidor

### Mais rígidas e mais complexas

- Os limites máximos de certas substâncias podem se restringir a tal ponto que quase não possam ser detectados pelo conjunto do que se dispõe atualmente nos PED
- Normas e regulamentações relativas aos conteúdos máximos de pesticidas e outros produtos químicos

## NOTIFICAÇÕES SOB O ACORDO OTC

Ano	No. de notificações OTC relacionadas com o ambiente	No. total de notificações OTC	% de notificações relacionadas com o ambiente
1991	35	358	9.7
1992	36	394	9.1
1993	42	487	8.6
1994	35	508	6.9
1995	41	365	10.6
1996	53	460	11.5
1997	89	794	11.2
1998	98	648	15.1
1999	84	669	12.5
2000	97	639	15.2
2001	67	601	11.1

Fonte: Secretaría de la OMC

## SETORES

## PRODUTOS ALIMENTARES

- Crescentes preocupações quanto à inocuidade dos alimentos (ofensivos ou não à saúde)
- Consumidores esperam que os grandes minoristas, com as suas práticas de compra, cumpram com e complementam as regulamentações do governo para garantir que os alimentos não sejam nocivos
- Os consumidores e os minoristas exigem mais garantia em termos de transparência, rastreabilidade (traceability) e qualidade na cadeia alimentar

## PRODUTOS ALIMENTARES

### Legislação

- A legislação da União Europeia (UE) com relação à organização comum dos mercados no setor dos produtos da pesca e da agricultura que entrou em vigor no 1º de janeiro de 2002, **exige aos exportadores de peixe e produtos da pesca que coloquem etiquetas nos envios** (ou que os acompanhem de um documento) no qual se indique a denominação comercial da espécie, o método de produção e a área de captura



## PRODUTOS ALIMENTARES

### Setor privado

- O grupo de trabalho dos minoristas de produtos alimentares (EUREP), que inclui os principais supermercados da Europa, pôs em vigor no ano 1999 o protocolo das boas práticas agrícolas boas (EUREPGAP)
- Existe um quadro para a verificação independente de algumas normas sociais, ambientais e da inocuidade dos alimentos mínimas em toda a cadeia de suministros para a produção de **frutas, hortaliças e flores frescas**

## PRODUTOS ALIMENTARES

### Impactos possíveis

- Necessidade de reunir informação para responder aos questionários ou às visitas in situ
- Possibilidade de se criar uma tendência favorável ao funcionamento de grandes empresas, e as pequenas empresas podem se encontrar substituídas por aquelas e por empresas transnacionais

## PRODUTOS ALIMENTARES

- HACCP (Ponto de Controle Crítico de de Análise de Riscos) que tem aspectos ambientais): pode ser oneroso para os produtores pequenos
- Aflatoxina: a conformidade e a prova podem ser muito dispendiosas (questões como uso de ciência y proporcionalidade)
- Níveis de MRL nos produtos alimentares: rigorosos demais para as condições tropicais?

# PESCA

## PRODUTOS DE PESCA REQUERIMENTOS MÚLTIPLES [1]



- Condições de saúde para a produção e o oferecimento no mercado (mercanciar) dos produtos de pesca.
- Restrições de medicamentos veterinários
- Resíduos de pesticidas (nível máximo de resíduo de pesticida, MRLs), metais pesados, bifenils polychlorinados (PCBs), aditivos alimentares, contaminação radiológica dos alimentos, irradiação de alimentos

## PRODUTOS DE PESCA REQUERIMENTOS MÚLTIPLES [2]

- Embalagens
- A obrigação de introduzir um sistema fundado nos princípios de Ponto de Controle Crítico de Análise de Riscos (HACCP) nas companhias de processamento de peixe



## PONTO DE CONTROLE CRÍTICO DE DE ANÁLISE DE RISCOS (HACCP)

- O sistema HACCP tem por objetivo assegurar a segurança e a adequação do alimento para consumo.
- O sistema HACCP estabelece os princípios e os controles da higiene elementar em cada estágio da cadeia alimentar, da produção primária até o consumo final.
- Permite ao usuário avaliar os riscos e estabelecer os sistemas de controle que focalizam na prevenção melhor do que confiar em testar o produto final.

## PONTO DE CONTROLE CRÍTICO DE DE ANÁLISE DE RISCOS (HACCP)

- HACCP é desenhado especificamente para o alimento e a indústria alimentar e focaliza na higiene do alimento.
- É uma aproximação sistemática de impedir e de reduzir riscos.
- O sistema de HACCP adotado como um dos padrões internacionais do Codex Alimentarius agora tem sido implementado na legislação nacional de um número de países.
- Transforma-se cada vez mais numa exigência de mercado imposta aos exportadores pelos seus compradores.

## REGULAMENTOS EU PARA PRODUTOS DE PESCA

- **Diretiva 91/493/EEC:** condições de saúde para a produção e colocação no mercado de produtos de pesca em geral
- **Diretiva 91/492/EEC:** condições estritas para moluscos bivalves vivos
- Todos os produtos de pesca (frescos, refrigerados, congelados, envasados, salgados, defumados ou dissecados) importados de países terceiros no EU devem derivar da preparação, do processamento, da facilidade de embalagem ou armazenamento aprovados pelo órgão competente no país em questão

## CARACTERÍSTICAS

- As diretrizes orientadoras são baseadas na aproximação da garantia de qualidade de HACCP.
- Sua finalidade principal é evitar a detenção sistemática, a amostragem pesada e as verificações do laboratório no ponto de entrada na UE
- Em câmbio, o controle real ocorrerá no país de origem



## IMPLICAÇÕES

### Implicações para países em desenvolvimento:

- Os regulamentos precisam ser atualizados
- Os serviços de inspeção precisam ser organizados
- O manejo e processamento provavelmente precisam ser melhorados



## EXECUÇÃO DESTAS DUAS DIRETRIZES ORIENTADORAS

- Companhias devem permitir determinadas investigações e devem gravar os dados para uma autoridade de supervisão
- O país exportador tem que submeter toda documentação de legislação à Comissão Europeia (EC)
- A delegação da EC visitará o país
- Dependendo do encontrado, a EC pode emitir uma aprovação permanente, ou provisória por tempo limitado

## REGULAMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA PRODUTOS DE PESCA

- Os regulamentos para processamento e importação seguros e sanitários de produtos de peixe e outros produtos de pesca (parte 123 de 21 CFR) requerem que todos os produtos do mar sejam processados de acordo com os princípios de HACCP e as exigências sanitárias do Estado
- Os importadores têm a responsabilidade sob aqueles regulamentos de verificar que os peixes e os produtos pesqueiros que eles estão importando satisfaçam àquelas exigências

## EEUU - OPÇÕES PARA IMPORTADORES [1]

### Para mostrar o cumprimento, os importadores podem:

- Importar de um país com um acordo de equivalência ou cumprimento do FDA com relação à peixe e produtos de pesca.
- O governo do país estrangeiro está operando um sistema regulatório para a segurança dos produtos alimentares de mar que certifica que os produtos exportados satisfazem os interesses de segurança dos EE.UU.

## EEUU - OPÇÕES PARA IMPORTADORES [2]

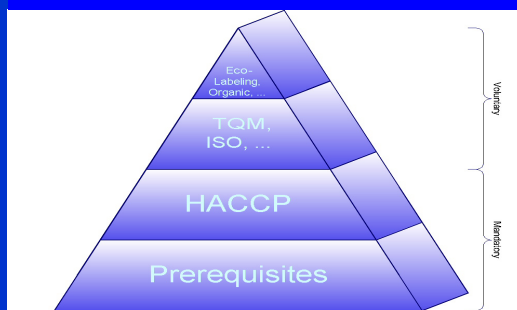
### Para mostrar o cumprimento, os importadores podem:

- Se nenhum acordo a respeito existir, os importadores devem fazer seus próprios "passos afirmativos" para verificar que os produtos foram processados de acordo com regulamentos do FDA. "

## EEUU - OPÇÕES PARA IMPORTADORES [3]

- Na consideração se podem aceitar importações de produtos de processadores nas listas supridas por governos estrangeiros como satisfazendo à obrigação do passo afirmativo, o FDA pode considerar fatores como:
  - O lapso de tempo desde que a autoridade de inspeção do governo estrangeiro atualizou a sua lista
  - A história de cumprimento do país e do processador estrangeiro individual
  - O que é sabido em geral sobre a estrutura regulatória do país estrangeiro

## O CASO DOS PRODUTOS DA PESCA



Lahsen Ababouch  
Fish Utilization and Marketing  
Department of Fisheries, FAO

## TÊXTEIS

- A proibição de utilizar certas substâncias e os requisitos relativos ao embalagem
- Entre as medidas voluntárias encontra-se o eco-etiquetado
- Requisitos dos compradores e as iniciativas do setor privado que se centralizam no impacto ambiental em toda a cadeia de suministros

## PRODUTOS QUÍMICOS

- O novo sistema de avaliação dos produtos químicos e metais perigosos se conhece pelo nome de sistema "REACH" (registro, avaliação e autorização de produtos químicos)
- Comissão das Comunidades Europeias, Livro Branco sobre uma estratégia para a política futura no assunto de substâncias e preparados químicos

## PREOCUPAÇÕES DE PED

- Insegurança com respeito à justificação científica de certos níveis máximos e procedimentos de avaliação de conformidade, como, por exemplo, os métodos de análise recomendados
- Em alguns casos, os requisitos ambientais, particularmente os que se baseiam em critérios relacionados com os PMP, não toma devidamente em conta as condições de produção e ambientais dos países em desenvolvimento
- Preocupações análogas, como, por exemplo, no caso dos produtos de papel e das flores de corte

## SISTEMA DE COMÉRCIO MULTILATERAL

## PRINCÍPIOS GERAIS

### Princípio da Nação mais favorecida

- Não deveria existir discriminação entre produtos similares de distintos países membros.

### Princípio do Tratamento Nacional

- Não se tratará pior aos produtos importados que aos produtos nacionais.

### Produtos similares

- As regras da OMC geralmente têm sido interpretadas de modo a diferenciar produtos com base nos seus processos e métodos de produção exceto se eles têm impacto sobre as características do produto final (PMP-no incorporados).

## ACORDO SOBRE OBSTÁCULOS TÉCNICOS AO COMÉRCIO (OTC)

- Seu objetivo é garantir que as normas técnicas, as diretrizes e os procedimentos de conformidade não criem obstáculos desnecessários ao comércio
- Reconhece o direito dos Membros de proteger seres humanos, animais e plantas assim como a saúde e o meio ambiente e de definir as normas apropriadas para isso
- Recomenda aos países aplicar normas internacionais sempre que existam

## ACORDO SOBRE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSANITÁRIAS [MSF]

- As medidas MSF somente podem se aplicar quando são necessárias para conservar a vida humana, animal ou vegetal
- Não devem criar discriminação injustificada entre países onde existam condições idênticas ou similares
- Recomenda aos Membros que as medidas sejam tomadas de acordo com normas e diretivas internacionais

## AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NORMALIZAÇÃO

Agências internacionais para definição das normas mencionadas

- > Codex Alimentarius
- > Oficina internacional de Epizootias
- > Convenção Internacional de Proteção Fitosanitária

Os países membros da OMC podem introduzir ou manter medidas mais rígidas caso se baseiem em uma justificação científica ou caso sejam consequência de decisões coerentes baseadas numa adequada avaliação de riscos

## PONTOS FOCAIS

- Cada Membro da OMC deve estabelecer um ponto nacional de informação para responder às perguntas de outros membros e prover a documentação relativa às medidas MSF adotadas ou propostas, procedimentos de inspeção e controles, produção e quarentenas, tolerância de pesticidas, métodos de avaliação de riscos, etc.
- Os mesmos requisitos existem sob o acordo OTC, de Obstáculos Técnicos ao Comércio

## NOTIFICAÇÕES

- Melhor difusão interna das notificações com ajustamento aos acordos OTC y MSF
- Por meio da Rede de Informação da Organização Internacional de Normalização (ISONET) foi acelerado o acesso dos PED às notificações sobre os produtos de exportação de especial interesse para eles
  - Para tirar vantagem deste serviço os PED devem apresentar uma lista de produtos de exportação de particular interesse para eles
  - Até agora somente um número pequeno de países em desenvolvimento apresentou a lista

## DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE DOHA

- O Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CCMA) deve prestar particular atenção a:
  - O efeito das medidas ambientais no acesso a mercados.
  - As prescrições relativas ao etiquetado para fins ambientais.
- O Comitê apresentará um informe no quinto período das sessões da Conferência Ministerial
  - **Recomendações sobre a conveniência de celebrar negociações.**

## FORTELECIMENTO DAS CAPACIDADES

### A NÍVEL NACIONAL

- Maior consciência e informação
- Treinamento e capacitação
- Definição de normas nacionais e regionais
- Tecnologia, inovação e desenvolvimento empresarial
- Apoio a produtores de pequenas e médias empresas (PYMES)
- Reformas institucionais



### DEFINIÇÃO DE NORMAS NACIONAIS E REGIONAIS

- Formulação de políticas integradas sobre qualidade dos alimentos e inocuidade
- Desenvolvimento de normas nacionais compatíveis com as normas internacionais e que considerem as condições nacionais
- Diálogos entre os atores sociais para definir normas e regulamentos que possam ser efetivamente aplicados
- Melhorar a infraestrutura em áreas como a formação, a certificação, a assessoria técnica e a avaliação

### A NÍVEL MULTILATERAL

- Transparência e processo participativo na preparação de normas
- Processos internacionais de elaboração de normas
- Assistência técnica
- Agências multilaterais de ajuda

### NA ÁREA DE REGRAS COMERCIAIS

- Assistência técnica inserida nas regras comerciais
- Reconhecimento mútuo dos procedimentos de avaliação da conformidade e dos processos de certificação
- Equivalência

- Workshop sobre Políticas Ambientais e Acesso a Mercados para Países em Desenvolvimento que antecede a UNCTAD XI, organizado em conjunto pelo secretariado da UNCTAD e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)
- Força Tarefa Consultiva (FTC) sobre Requisitos Ambientais e Acesso a Mercados para Países em Desenvolvimento

## UNCTAD-FTC

- Existe um número reduzido de normas internacionais sobre requisitos ambientais; a grande maioria das normas é estabelecida, unilateralmente, por governos individuais e entidades privadas
- Normas e os regulamentos governamentais embasados no Acordo OTC da OMC representam apenas uma parte relativamente pequena dos requisitos ambientais; a maioria das medidas ambientais é constituída por normas do setor privado, esquemas de rotulagem ambiental e códigos voluntários de prática, inclusive os das ONGs

## UNCTAD-FTC [1]

- **Análise.** A FTC poderá conduzir uma análise sistemática das tendências-chave na área de requisitos ambientais e limitações de capacidade em países em desenvolvimento
- **Diálogo sobre políticas.** A FTC poderá ainda promover um intercâmbio de experiências nacionais na área de consultas de pré-implementação de regulamentos e normas. A FTC poderá igualmente promover o intercâmbio de experiências nacionais sobre políticas de ajuste pró-ativas entre países em desenvolvimento e fazer recomendações para a cooperação regional e sub-regional

## UNCTAD-FTC [2]

- **Atividades de coordenação.** A FTC poderá promover o intercâmbio regular de informações sobre as atividades de cooperação técnica
- **Atividades de suporte.** A FTC poderá recomendar o ajuste e a conexão dos sistemas de informação existentes, de modo a dar suporte às suas próprias atividades e considerar a criação de um mecanismo de intercâmbio *clearing-house* como um serviço permanente para países em desenvolvimento, enfatizando particularmente normas e outros requisitos do setor privado